



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

ENFERMAGEM FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: PRÁTICAS ASSISTÊNCIAS NO ACOLHIMENTO E NOTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS

Ana Victoria Pinheiro De Sousa¹, Amanda Teixeira Barbosa da Silva, Drielly Marley Quintos Pestana¹, Ellen Girlane Silva Rego¹, Edinaldo dos Passos Alves¹, Jhonatânia Jandira Uchôa Moutinho¹, Maria Henilda Ferro Castro¹, Nayla Francine Araújo da Luz¹, Walesk Rayani Mendes Nunes¹, Flavia Helena Cabral Silva Reis²



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p925-933>

Artigo recebido em 30 de Novembro e publicado em 30 de Janeiro de 2026

ESTUDO DE CASO

RESUMO:

O presente estudo analisa a ocorrência de violência contra a mulher no período de 2020 a 2024, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), e a contribuição da enfermagem no atendimento às vítimas. A violência contra a mulher configura-se como um grave problema de saúde pública, demandando atenção e intervenção de diversos profissionais da área. Trata-se de um estudo aplicado, de abordagem quantitativa, que integra dados do SINAN e informações obtidas por meio de questionários. Foram observadas três categorias de violência: física, sexual e psicológica/moral, sendo a violência física a mais frequente. Os resultados evidenciam que a sensibilização dos profissionais para práticas assistenciais humanizadas, desde o acolhimento até a notificação, reduz a resistência das mulheres vítimas e fortalece a eficácia do atendimento. Estratégias educativas e de capacitação permitem que futuros enfermeiros identifiquem sinais de violência, ofereçam suporte emocional adequado e cumpram a obrigatoriedade legal de notificação compulsória. Conclui-se que a promoção da conscientização da comunidade e dos profissionais sobre a importância da denúncia e da prevenção da violência contribui para a redução do ciclo de agressões e para a oferta de cuidados de saúde mais seguros, éticos e humanizados.

Palavras-chave: Enfermagem, violência contra a mulher, Saúde



NURSING IN THE FACE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: CARE PRACTICES IN THE RECEPTION AND REPORTING OF VICTIMS.

ABSTRACT:

This study analyzes the occurrence of violence against women from 2020 to 2024 using data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN) and examines the role of nursing in assisting victims. Violence against women constitutes a serious public health issue, requiring attention and intervention from various professionals. This applied, quantitative study integrates SINAN data and information obtained through questionnaires. Three categories of violence were observed: physical, sexual, and psychological/moral, with physical violence being the most frequent. The results show that raising awareness among professionals about humanized care practices—from initial reception to reporting—reduces resistance from victims and enhances the effectiveness of care. Educational strategies and professional training enable nurses to identify signs of violence, provide appropriate emotional support, and fulfill the legal obligation of compulsory reporting. It is concluded that promoting awareness among the community and professionals regarding the importance of reporting and preventing violence contributes to reducing the cycle of abuse and ensuring safer, ethical, and more humanized health care.

Keywords: Nursing; Violence against women; Health

Instituição afiliada – UNIFACAM–Centro Universitário do Maranhão–Curso de Bacharelado em Enfermagem
Dados da publicação: janeiro 2026

Autor correspondente: Nayla Francine Araújo da Luz–Ellen Girlane Silva Rego

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher configura-se como um fenômeno complexo, estrutural e persistente, caracterizado por múltiplas manifestações que comprometem a integridade física, psicológica, sexual e social das vítimas. No contexto brasileiro, a elevada incidência de casos evidencia a manutenção de desigualdades históricas de gênero e revela limitações nas políticas públicas de prevenção e proteção. Nesse cenário, destaca-se o papel da enfermagem, cuja atuação é fundamental na identificação de sinais de violência, no acolhimento qualificado e na condução inicial do atendimento, constituindo-se como uma das principais portas de entrada do sistema de saúde.

Apesar de a notificação compulsória prevista na Lei nº 10.778/2003 ser um instrumento essencial para a vigilância epidemiológica e para a articulação da rede de proteção, muitos casos ainda permanecem invisíveis devido à subnotificação. Entre os fatores que contribuem para essa realidade estão o despreparo profissional, a falta de capacitação contínua, o desconhecimento dos fluxos institucionais e, em alguns cenários, o receio de envolvimento legal ou emocional. Tais dificuldades impactam diretamente a qualidade do cuidado e o acesso das mulheres aos serviços de apoio, denúncia e acompanhamento. Diante desse cenário, o estudo busca compreender como a enfermagem realiza o acolhimento e a notificação das mulheres em situação de violência, analisando práticas adotadas, barreiras enfrentadas e possibilidades de aprimoramento nos serviços de saúde.

Inclui-se ainda o desenvolvimento de ações educativas voltadas à comunidade e aos estudantes, com o propósito de estimular a prevenção, o empoderamento feminino, a conscientização sobre direitos e o fortalecimento da rede de apoio. Ao avaliar também o conhecimento dos profissionais acerca da notificação e dos protocolos de



atendimento, pretende-se contribuir para a qualificação do cuidado e para a construção de práticas mais seguras, humanizadas e eficazes na proteção vítimas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de campo, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de natureza descritiva e exploratória. Teve como objetivo compreender as práticas de enfermagem relacionadas ao acolhimento e à notificação de mulheres em situação de violência, bem como promover ações educativas voltadas à comunidade. Para isso, o estudo foi desenvolvido por meio de três ações principais:

Coleta de dados no Instituto Casa da Mulher Brasileira: A primeira ação consistiu na coleta de dados realizada no Instituto Casa da Mulher Brasileira, onde foi realizada uma entrevista com a coordenadora da instituição. A entrevista buscou compreender quais eram os acolhimentos oferecidos às mulheres que procuram o serviço, como identificar casos de violência, como ocorre o processo de notificação e registro dos casos de violência no local. As informações obtidas permitiram compreender os desafios, a rotina e as práticas adotadas na instituição.

Aplicação de formulário com estudantes de Enfermagem: A segunda ação foi realizada com estudantes do curso de Enfermagem da FACAM – Faculdade do Maranhão. Um formulário com 15 questões foi aplicado aos estudantes, totalizando 32 participantes, com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento, a percepção e o preparo em relação ao acolhimento, às condutas profissionais e ao processo de notificação compulsória nos casos de violência. As respostas foram analisadas de forma descritiva.

Ação educativa em Unidade Básica de Saúde: A terceira ação foi realizada na por uma palestra educativa na UBS Centro de Saúde Amar, direcionada a mulheres e homens do local. A palestra abordou conteúdos sobre violência, tipos de violência, acolhimento humanizado e a importância da notificação. Durante a ação, foram distribuídas

lembrancinhas aos participantes e oferecido um lanche ao final do encontro, com o objetivo de estimular a participação e promover um ambiente de acolhimento.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Tabela 1 – Distribuição das respostas sobre preparo profissional e percepções relacionadas à violência contra a mulher.

| Variáveis | (%) |
|--|-------|
| Você se sente preparado para acolher uma mulher em situação de violência? | |
| Sim | 75% |
| Não | 9,4% |
| Talvez | 15,6% |
| O profissional de enfermagem pode realizar a notificação de casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica, mesmo sem autorização da vítima? | |
| Não | 12,9% |
| Sim | 87,1% |
| A violência contra a mulher é um problema de saúde pública? | |
| Em parte | 15,6% |
| Sim | 84,4% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Tabela 2 – Casos confirmados de violência física no maranhão, entre 2020 e 2024.

| Ano | Nº |
|------|-------|
| 2020 | 1.393 |
| 2021 | 1.624 |
| 2022 | 1763 |
| 2023 | 2.087 |
| 2024 | 2.435 |

Fonte: Departamento de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

Os dados deste estudo evidenciam um aumento contínuo dos casos de violência física contra mulheres entre 2020 e 2024, tendência que reforça o caráter estrutural e persistente da violência de gênero no Brasil. Essa realidade está em consonância com as análises de Minayo (2022), que destaca a violência física como uma das formas mais recorrentes e naturalizadas de agressão contra mulheres no contexto brasileiro.

Segundo Minayo (2021), a violência física se mantém elevada devido a fatores como desigualdade de gênero, dependência econômica, ciclos de violência familiar e



fragilidades nas políticas de proteção à mulher, elementos que contribuem para a repetição e agravamento dos casos. Essa dinâmica ajuda a compreender o crescimento consistente observado nos dados deste estudo.

Tabela 3 – Casos confirmados de violência sexual contra mulheres no Maranhão, entre 2020 e 2024.

| Ano | Nº |
|------------|-----------|
| 2020 | 701 |
| 2021 | 775 |
| 2022 | 875 |
| 2023 | 1.207 |
| 2024 | 1.351 |

Fonte: Departamento de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Com base nos dados do SINAN/DATASUS referentes ao estado do Maranhão, no período de 2020 a 2024, foram registradas 16.586 notificações de violência. Destas, 4.209 corresponderam à violência sexual contra mulheres.

A faixa etária com maior número de casos foi 10 a 14 anos, totalizando 1.843 notificações, representando a maior concentração entre todas as idades analisadas. Os dados analisados evidenciam que meninas de 10 a 14 anos representam a maioria das notificações de violência sexual, o que reafirma o padrão descrito por Sousa et al. (2021), que identificaram a mesma predominância ao examinarem os registros do Maranhão entre 2009 e 2017.

4 CONCLUSÃO

A violência contra a mulher permanece como um grave problema de saúde pública, exigindo ações contínuas de prevenção, acolhimento e intervenção qualificada. A partir dos dados analisados, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, da notificação obrigatória e da atuação sensível e humanizada dos profissionais de saúde. A enfermagem, por estar na linha de frente do cuidado, assume papel essencial na identificação precoce, orientação e encaminhamento adequado das



vítimas. Portanto, reforça-se a importância da capacitação profissional e do compromisso ético com a proteção da vida e garantia dos direitos das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, segura e livre de violências.

5 REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Violência contra a mulher é problema de saúde pública e a agressão mais comum é do parceiro íntimo, diz OMS. Brasília, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-contra-a-mulher-e-problema-de-saude-publica-e-a-agressao-mais-comum-e-do-parceiro-intimo-diz-oms/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

OLIVEIRA, Ana Paula Reis de et al. Violência contra a mulher: facilidades e dificuldades relacionadas à assistência multiprofissional. Revista de Saúde Coletiva da UEFS, Feira de Santana, v. 8, n. 1, p. 54-61, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2094>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita ou confirmação de violência contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13931.htm. Acesso em: 19 nov. 2025.

GALVÃO, Dayane Tavares de Lima; FREITAS, Jéssica Bessa de; PONTES, Priscila Bezerra. Atuação dos profissionais de enfermagem frente às mulheres vítimas de violência doméstica. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, p. e18310212485, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/348383869>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SILVA, Fernanda Nogueira da et al. Enfermagem na assistência frente à violência sexual contra a mulher: revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/380143285>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PESSOA, D. L. Assistência de enfermagem à mulher vítima de violência doméstica: revisão integrada. Atena Editora, v. 29, 2020.

VASCONCELOS, Nádia Machado de et al. Subnotificação de violência contra as



**ENFERMAGEM FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: PRÁTICAS ASSISTÊNCIAS NO
ACOLHIMENTO E NOTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS**

Sousa, et al

mulheres: uma análise de duas fontes de dados. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 10, e07732023, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.07732023>.

SAKER NETO, Demétrio. Violência contra a mulher: a importância da notificação compulsória prevista na Lei n. 13.931/2019 como garantia da cidadania e preservação da dignidade humana. 2023. Disponível em: https://amaerj.org.br/wp-content/uploads/2023/10/2015_Artigo-Violencia-contra-a-mulher-Demetrio-Saker.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.